

Raquel Vilaça | Miguel Serra

(coordenadores)

Idade do Bronze do Sudoeste

Novas perspetivas sobre uma velha problemática



COIMBRA | 2014

Idade do Bronze do Sudoeste

Novas perspetivas sobre uma velha problemática

Raquel Vilaça | Miguel Serra

(coordenadores)

Idade do Bronze do Sudoeste

Novas perspetivas sobre uma velha problemática

FICHA TÉCNICA

Título

Idade do Bronze do Sudoeste
Novas perspetivas sobre uma velha problemática

Coordenação editorial

Raquel Vilaça | Miguel Serra

Design gráfico

José Luís Madeira

Capa

Vaso cerâmico da Torre Velha 3 | Serpa
Foto: Rui Clemente | Palimpsesto, Lda.

Paginação e Edição de Imagem

José Luís Madeira

Edição

Instituto de Arqueologia | Secção de Arqueologia | FLUC
e-mail: iarq@ci.uc.pt

ISBN: 978-972-9004-28-5

Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.
e-mail: geral@palimpsesto.pt

ISBN: 978-989-20-4930-4

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
e-mail: ceaucp@gmail.com

ISBN: 978-989-95954-7-7

ÍNDICE

Raquel Vilaça, Miguel Serra <i>Apresentação</i>	9
Rui Parreira <i>O Bronze do Sudoeste como entidade arqueográfica: a visibilidade dos dados empíricos e os resultados da pesquisa como produto social</i>	13
Eduardo Porfírio <i>Torre Velha 3 e o povoamento de planície nos campos de Serpa durante a Idade do Bronze</i>	25
Ignacio Pavón Soldevila e David Duque Espino <i>El Cerro del Castillo de Alange (Extremadura, España): un paisaje de la Edad del Bronce</i>	51
Miguel Serra <i>Muralhas, Território e Poder. O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final</i>	75
Raquel Vilaça <i>Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil a.C. Entre a tradição e a inovação</i>	101
Sara Almeida <i>Estilos e tendências na cerâmica de ornatos brunidos do sudoeste peninsular</i>	127
Ana Bica Osório <i>Por linhas brunidas: os “ornatos” do Bronze Final / I Idade do Ferro e a sua comparação com outras cerâmicas decoradas por brunimento</i>	149
Sofia Silva <i>As cerâmicas do Outeiro do Circo (Beja): resultados do estudo tecnológico, formal e decorativo</i>	167
Carlo Bottaini, Nuno Carriço, Vera Amaral, Massimo Beltrame, Raquel Vilaça, José Mirão, António Candeias <i>Novos dados sobre a arqueometalurgia de duas peças de âmbito mediterrâneo do Bronze Final / I Idade do Ferro do Sul de Portugal</i>	187

APRESENTAÇÃO

Das *II Jornadas de Pré e Proto-História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, realizadas a 15 de Abril de 2011, restavam a memória dos mais de cem participantes (com esmagadora maioria de estudantes) e algumas fotografias. Agora, volta-se a elas para resgatar, em forma de letra, quase todas as comunicações então apresentadas. Juntam-se ainda outros três textos inéditos decorrentes de contributos prestados alhures, mas oportunos nesta ocasião.

Pela organização conjunta do evento responsabilizaram-se o Instituto de Arqueologia (Secção de Arqueologia) do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto e a Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Ld.^a, entidades igualmente editoras deste livro, que reúne distintos olhares e experiências de quinze autores, jovens e séniores, no mesmo espírito das *I Jornadas* (2009).

O tema do *Bronze do Sudoeste* foi o mote para a sua realização. Pretendeu-se fomentar a discussão acerca deste conceito, concebido e sistematizado por Hermanfrid Schubart nos anos setenta do século passado, centrando a atenção em alguns trabalhos recentes produzidos no âmbito de projectos de investigação, trabalhos académicos ou intervenções de arqueologia empresarial.

Não houve então, nem agora se verifica, qualquer pretensão de reunir contributos exaustivos relativos ao tema, ou trabalhos de síntese sobre as mais tradicionais vertentes de abordagem ao *Bronze do Sudoeste*, como as questões ligadas às práticas funerárias ou às estelas de “tipo alentejano”, só para mencionar algumas das mais frequentes. A debate colocaram-se, e colocam-se, temas relacionados com novos dados do Sudoeste peninsular que permitem enriquecer e problematizar o cenário traçado por Schubart e questionar ainda o próprio conceito e paradigmas da investigação produzida. Ao mesmo tempo, integram-se contributos vários sobre o Bronze Final, período pouco abordado pelo investigador alemão, por ser parcamente conhecido à época na região.

É sabido que nos últimos anos temos assistido à proliferação de escavações arqueológicas em sítios abertos de planície com carácter habitacional (mas não só), muitos apontando cronologias (inclusive radiocarbónicas) que permitem integrá-los no Bronze Médio e Final. Os contextos ditos “domésticos” e do quotidiano, que primavam pela quase total invisibilidade quando comparados

com as melhor conhecidas necrópoles de cistas, vão ganhando terreno, pouco a pouco. E, às cistas, juntaram-se as fossas e hipogeus...

O rápido e contínuo desenvolvimento de muitas novidades sobre este período, cuja gestão nem sempre se afigura simples, não faz do presente momento o eleito para se traçar sínteses. Antes reclama por condições propícias de investigação, institucionais e financeiras, indispensáveis ao aprofundamento do seu estudo na senda de novos paradigmas e num quadro moldurado pelo debate em torno do que se entendeu designar “*Cultura do Bronze do Sudoeste*”.

Primavera de 2014

Raquel Vilaça e Miguel Serra



Fig. 1 – II Jornadas de Pré e Proto-História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra “Idade do Bronze do Sudoeste: novas perspetivas sobre uma velha problemática”. Conferências (Centro Cultural D. Dinis, Coimbra, 15 de Abril de 2011).



Fig. 2 – II Jornadas de Pré e Proto-História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra “Idade do Bronze do Sudoeste: novas perspetivas sobre uma velha problemática”. Sessão de materiais (Centro Cultural D. Dinis, Coimbra, 15 de Abril de 2011).

Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil a.C. Entre a tradição e a inovação

Raquel Vilaça¹

Resumo

A autora apresenta um conjunto de reflexões sobre o quadro do povoamento da região de Beja entre os últimos séculos do II milénio a. C. e os primeiros do milénio seguinte. Este ensaio, onde se esboçam algumas hipóteses interpretativas, só foi possível pela revelação recente de diversos dados resultantes de projetos de investigação e de intervenções desenvolvidas no âmbito de obras públicas, embora também valorize outros testemunhos conhecidos de há muito. O povoado do Outeiro do Circo, até pelo seu cariz de inegável marcador territorial n(d)a planície, tomou-se como ponto de partida e o discurso foi orientado para a análise dos ritmos de vida e de morte, entre a diversidade e a desigualdade dos espaços, das materialidades e das práticas sociais.

Palavras-chave

Beja (região); Bronze Final; Vida/morte; Tradição/inovação

Abstract

The author presents several thoughts about the settlement framework in the region of Beja between the last centuries of the 2nd millennium BC and the first centuries of the next millennium. This paper, where some interpretive hypotheses are drafted, is only possible as new data emerged from a combination of research projects and public construction interventions, even though former evidence is also valued. The archaeological site Outeiro do Circo, due to its undeniable trait as a landmark in the Alentejo plains, is viewed here as a starting point to assess life and death rhythms, along with the diversity and dissimilarity of spaces, goods and social practices.

Key-words

Beja (region); Late Bronze Age; Life/death; Tradition/innovation

¹ Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. CEAACP. E-mail: rvilaca@fl.uc.pt

I.

O texto que o leitor tem em mãos foi inicialmente concebido como suporte da conferência que apresentei em Beja, a 28 de Setembro de 2012, nas *Jornadas Europeias do Património — O Futuro da Memória*². A opção recaiu no período compreendido entre os finais do II-inícios do I milénio a.C., também designado por Bronze Final, altura em que as comunidades da região de Beja estariam envolvidas num processo de mudança de escala supra regional que afectou, de um modo geral, o Ocidente peninsular.

Essa fase, nesta região, é ainda mal conhecida, mas a quantidade e qualidade de novos e importantes dados que a arqueologia alentejana tem revelado nos últimos anos vêm contribuir, decisivamente, para inverter a situação. Mas também aconselham prudência, uma vez que, permanecendo em boa parte inéditos ou apresentados ainda de forma preliminar, exigem tempo e espaço ao necessário estudo. Naturalmente que, privilegiados, encontram-se os investigadores directamente envolvidos nestas abordagens, com total domínio dos dados em cada situação (agora alguns também com datações radiocarbónicas), o que não é o meu caso. Por outro lado, as inovadoras problemáticas subjacentes a todo esse rol de novidades, reclamando de algum modo a necessidade de um novo ponto de partida e seguramente a procura de novos paradigmas, reforçam a ideia de que há muito caminho por fazer.

Deste modo, mais do que uma síntese, que seria precipitado fazer nas condições descritas, ou texto resultante de investigação original, este contributo deve ser tomado como ensaio e, sobretudo, como um olhar parcial, embora articulado, sobre um conjunto de espaços e de testemunhos materiais seleccionados, uns de revelação recente, outros conhecidos de há muito, alguns deles merecendo, talvez, maior ênfase do que aquela que conheceram a seu tempo.

O mote de partida centra-se no povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo e na sua região mais imediata, vulgarmente identificada como “*Barros Pretos*” de Beja³, embora não se circunscreva a eles.

Sobre a investigação do Outeiro do Circo e o projeto que atualmente a sustenta, da responsabilidade de Miguel Serra e de Eduardo Porfírio, e ao qual me encontro ligada como consultora científica, têm sido amplamente difundidos em diversas circunstâncias, inclusive no respectivo blogue⁴. Aliás, dois textos deste volume (o de Miguel Serra e o de Sofia Silva) debruçam-se sobre esta interessante estação arqueológica, que também recentemente foi alvo de datação pelo Carbono 14 (Sac-2884: 2880±45 BP; Sac-2885: 2900±45 BP), com base em fauna mamalógica, precisando a sua ocupação no último quartel do II milénio a.C. (Valério *et al.*, 2013).

Já quanto aos “*Barros Pretos*”, será necessário estender o olhar além deles, desde logo porque o período em que nos focamos pautou-se, na generalidade, por uma notável abertura das comunidades ao exterior, às regiões circunvizinhas ou às mais longínquas. Avaliar a amplitude e a essência desse grau de abertura das comunidades locais e da sua interação com os outros é, assim,

² Agradeço a Miguel Serra e a Eduardo Porfírio o convite para colaborar nas referidas Jornadas promovidas pelo município de Beja. Retoma-se aqui, com as necessárias adaptações, o texto então apresentado, que se dirigiu a um público específico, sobretudo local, muito além do académico. Agradeço ainda a Miguel Serra diversas informações que me ajudaram na elaboração deste texto.

³ Foi esta a proposta subjacente ao convite mencionado na nota anterior.

⁴ www.outeirodocirco.blogspot.com <http://www.outeirodocirco.blogspot.com>

um objetivo a não perder de vista.

Por seu lado, a linha condutora de fundo aqui percorrida tem como lastro o rastreio da *diversidade* e da *desigualdade*, seja ao nível dos espaços e das materialidades, seja da ideologia e práticas sociais. Ao contrário de outras regiões, e mau grado todas as insuficiências, limitações e lacunas, encontramos-nos neste caso numa arena privilegiada de conhecimento sobre o passado e o futuro do “*presente*” que se pretende analisar, i.e., do Bronze Final. Por outras palavras, existem dados razoáveis sobre os espaços de sociabilidade do Bronze Médio/Tardio e da I Idade do Ferro que nos facultam uma abordagem dos finais da Idade do Bronze inscrita num *continuum* temporal, permitindo, em simultâneo, minimizar erros que uma leitura seccionada do tempo sempre acarreta.

Esse acervo informativo resulta de muitas décadas de pesquisa desenvolvida em circunstâncias igualmente bastante variáveis. Tenho em boa conta a ideia de que todos os contributos, mesmo aqueles de que nos podemos distanciar pelas mais diversas razões, devem ser acolhidos no momento de construção do conhecimento. Faz, pois, sentido recordar o nome de alguns dos investigadores ligados à arqueologia da região bejense, em concreto, a da Idade do Bronze, como Abel Viana, Fernando Nunes Ribeiro, José Fragoso de Lima, Hermanfrid Schubart, Rui Parreira, António Monge Soares, além de outros de gerações mais recentes.

Entre dados avulsos e ocasionais, obtidos no passado (alguns deles desde logo com eco noticioso em *O Bejense*), ou recentemente, a base empírica mais consistente resulta, claro, de escavações e respetiva publicação. Até há algum tempo atrás, as escavações do Bronze Final circunscreviam-se a povoados, por exemplo, São Brás I (Serpa) (Parreira, 1983) e Cerro da Mangancha (Aljustrel)⁵ (Domergue e Andrade, 1971), onde as áreas abertas foram sempre mínimas e os dados insuficientemente explorados (Parreira, 1995: 132). Não se escavavam os espaços funerários correspondentes porque estes eram desconhecidos, remetendo sempre os contextos ligados à morte para períodos mais antigos, os designados Bronze I (2000-1700 a.C.) e II (1700-1200 a.C.) do SW.

Presentemente, verifica-se dualidade na forma como é alimentada essa base empírica, para além daquela que é incontrolável, de todos os tempos, e resulta de achados casuísticos. Ao trabalho empresarial desenvolvido no âmbito de obras públicas, como o do “*Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva*”, promovido pela EDIA (com vários projetos do Sistema Global de Rega de Alqueva e na construção de várias infraestruturas - Barragens e Centrais Hidroelétricas) e o do programa de “*Construção das Redes de Abastecimento de Água e Saneamento às freguesias rurais do concelho de Beja*”, da responsabilidade da EMAS, EM (Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja), juntam-se três projetos de investigação, formalmente concluídos embora em continuidade de investigação. Dois deles centram-se na “*Margem Esquerda*”, um sobre o Castro dos Ratinhos, coordenado por Luís Berrocal-Rangel e António Carlos Silva⁶, o outro, da responsabilidade de Monge Soares⁷, sobre fortificações e áreas rituais. O terceiro, já na área dos “*Barros de Beja*”, da

⁵ Os resultados das intervenções recentes, da responsabilidade de Monge Soares, encontram-se ainda em curso de estudo.

⁶ *Castro dos Ratinhos (Outeiro dos Castelos/Barragem de Alqueva – Moura). Projecto de Estudo Arqueológico e Valorização patrimonial - 2004 – 2007.*

⁷ *O Bronze Final do Sudoeste na Margem Esquerda Portuguesa do Guadiana. Fortificações, Áreas Rituais, Cronologias - PNTA 2005 – 2009.*

responsabilidade de Miguel Serra e de Eduardo Porfírio⁸, conduz-nos ao Outeiro Circo, conforme indiquei atrás.

Entre os primeiros e o terceiro, omnipresente, emerge o Guadiana, não deixando de ser sintomática a inexistência de um quarto projeto, de escala mais ampla, que fizesse ponte e se ocupasse primordialmente do eventual carácter fronteiriço, ou pelo contrário, estruturante, como creio, do Guadiana no Bronze Final. Sem dúvida que, para toda esta vasta região atravessada pelo grande rio e hoje encabeçada por Beja, uma questão de fundo comum a ambas as margens é saber se entre elas houve desenvolvimento diferenciado, ou convergente, nos finais da Idade do Bronze, mau grado as especificidades de cada uma, nomeadamente em termos geo-morfológicos, de potencialidade agro-pecuária e de recursos mineiros. Aliás, quando, circunstancialmente, me ocupei do povoamento pré-romano no quadro da “*Carta Arqueológica de Serpa*”, tive então oportunidade de defender como mais correto esse olhar bifocal e pendular entre margens (Vilaça, 1997: 132), o que vai de encontro à mesma ideia recentemente defendida de que o rio, na Idade do Bronze, “*promoveu a união entre as duas margens, em lugar de constituir fronteira*” (Antunes et al., 2012: 304).

2.

Nessa altura, os espaços habitacionais, entendidos como os lugares onde as pessoas viviam, independentemente da implantação topográfica, dimensão, duração de ocupação e do que lá faziam, pautam-se por assinalável diversidade. Esta pode ser aferida por diferentes critérios. Parece-me que o da funcionalidade, apesar do distanciamento pós-processualista dessa perspectiva, continua a fazer algum sentido como estratégia de abordagem, não como forma (ilusória) de nos conduzir ao passado. Essa estratégia pode ser bem sucedida se for particularmente encarada de forma aberta, quer dizer, sem critérios rígidos pré-definidos, onde supostamente se arrumariam as diversas evidências empíricas. Sobretudo, sem esquecermos que as comunidades de há 3000 anos pautavam as suas acções, ou reacções, em termos sociais. Mas aquela abordagem tem um outro óbice: é arriscada quando os sítios não foram ou foram insuficientemente escavados.

Por isso, e não obstante o critério de que Monge Soares se socorreu para sistematizar os cerca de 15 povoados conhecidos na “*Margem Esquerda*” (Soares, 2005), i.e., o da posição que ocupam e área que possuem, porém na maioria não escavados ou com reduzidas áreas escavadas, convém sempre sublinhar, parece-me adequado no momento presente.

Definiu este investigador quatro grupos⁹: grandes povoados fortificados (4 a 6 ha) que se implantam no eixo do Guadiana ou dos seus afluentes, alguns com sofisticados sistemas de defesa — taludes, fossos, “*cavalos de frisa*”, como o Castro de Ratinhos (Moura), Crespa e Passo Alto (Serpa); povoados de altura (talvez não fortificados) situados em cumes aplanados de grandes relevos que ladeiam corredores de passagem, conforme se verifica no Álamo (Moura); pequenos povoados (< 1 ha) com sistemas de fortificação em áreas com boa capacidade agrícola, caso

⁸ *A transição Bronze Final / I Idade do Ferro no Sul de Portugal. O Caso do Outeiro do Circo - PNTA 2008 – 2011.*

⁹ O tema foi de novo tratado pelo autor em comunicação que apresentou no Colóquio “*Sistemas de povoamento do Centro e Sul do território português no decurso do Bronze Final*”, realizado em Oeiras (2012), e de que se aguarda a publicação das respectivas actas.

de Castelos de S. Brás I (Serpa); sítios de planície, sem condições naturais de defesa, junto de linhas de água, dominados por “*fundos de cabana*” e estruturas e tipo “*fossa/silo*”, de que são exemplo Salsa 3 e Santa Margarida (Serpa). Ao contrário dos povoados de altura, a seu tempo sistematizados (Parreira e Soares, 1980), estes últimos são de recente identificação constituindo uma das novidades a registar e, de resto, já sintetizada em importante trabalho assinado por Ana Sofia Antunes e colaboradores (Antunes *et al.*, 2012).

Outros critérios de classificação, como o da diacronia ou o da natureza dos espaços, levar-nos-iam à sistematização de outras categorias, em que, por exemplo, o Castro dos Ratinhos, com continuidade de ocupação do Bronze para o Ferro (finais IX-VIII a.C.) e com uma área sagrada discreta confirmadas, se destacaria (Berrocal-Rangel e Silva, 2010).

Deixando a “*Margem Esquerda*” e alargando a área de análise, e seguindo ainda os mesmos critérios, teríamos de criar uma quinta categoria próxima da primeira mas diferenciando-se delas no que respeita a localização (longe do Guadiana) e no que toca a dimensão. Nessa quinta categoria de povoados, não grandes mas muito grandes, iríamos inserir o Outeiro do Circo, com c. 17 ha (Serra e Porfírio, 2013) (Fig. 1). Neste aspecto específico, diria que é um povoado que se aproxima mais dos grandes povoados da Idade do Ferro, do que dos do Bronze Final, onde essa dimensão é, em geral, excepcional. Mas importará ainda, no quadro do projeto que se espera poder vir a ter continuidade no campo, aferir eventual ocupação sidérica, quer dizer, da Idade do Ferro, e tentar estimar com maior rigor a área efetivamente ocupada da realmente delimitada pelo também fabuloso sistema de muralhas, com entrada monumental assinalada por dois bastiões circulares que a fotografia aérea deixa adivinhar (Serra e Porfírio, 2012; Serra, neste volume).

Se o abandono do Outeiro do Circo no Bronze Final se concretizou, de facto, independentemente dos motivos, e se as comunidades da I Idade do Ferro (séc.VII-VI a.C.) não se confinaram a uma fragmentação do ponto de vista da ocupação do espaço, que parece ter ocorrido como evidenciam alguns sítios de planície conhecidos com ocupação atribuível a essa época, como Monte do Bolor 3 (S. Brissos)¹⁰ (Borges *et al.*, 2012: 119), Monte do Pombal 2 (Beja), Salsa 3 e Torre Velha 3 (Serpa) (Antunes *et al.*, no prelo), então há que procurar o resto do *puzzle*, i.e., a “*cabeça*” coordenadora desse hipotético modelo de povoamento disseminado, mas talvez não desarticulado (Fig. 2).

Mesmo admitindo, como parece, que o Outeiro do Circo tenha perdido a população durante a Idade do Ferro, ele poderia ter continuado a assumir esse papel agregador enquanto pólo de poder exercido sobre o território, já não em termos sócio-políticos e económicos, como seria no Bronze Final, mas simbolicamente num processo de natureza centrípeta, de índole ritual ou sagrada, ou seja, atraindo a si as comunidades dispersas pelo território, que o visitariam, mas não ficariam. Por isso, não há vestígios delas.

Na Idade do Ferro, já destituído de capitalidade sócio-económica e portanto “*desfuncionalizado*” enquanto lugar de habitação permanente, continuaria porém activo, mesmo desabitado, e exactamente por isso, agora com o importante papel de lugar com passado / dos antepassados, que se revisitaria ciclicamente. Digamos que, de “*guardião do território*” no Bronze Final (Serra e Porfírio, 2011), teria assumido, na Idade do Ferro, o papel de “*guardião do passado recente*” enquanto lugar de memória das comunidades entretanto pulverizadas que, num plano sagrado e de

¹⁰ Neste caso, a presença de cerâmica de “*tipo Carambolo*” poderá apontar ainda para fase um pouco mais antiga (séc.VIII a.C.), tal como a continuidade de um claro predomínio das produções cerâmicas manuais.

reprodução de memória, dele teriam feito ponto de reencontro. É claro que, em leitura alternativa, o processo de transformação do povoamento poderá ter sido outro, com o Outeiro do Circo abandonado em todos os sentidos (dificilmente o visual). Neste caso, a transformação significaria igualmente rotura no sistema de povoamento.

Mas tendo-se mantido e coexistido o modelo dual de ocupação, as comunidades dispersas pela planície teriam certamente de ter sido integradas sob a alçada de algum poder congregante. Então, além da eventual fragmentação pelo território, um dos destinos que poderão ter tomado as comunidades do Outeiro do Circo quando decidiram (ou foram forçadas a?) abandoná-lo deliberadamente, mesmo em pleno vigor da sua existência e, por conseguinte, por mecanismos ideológicos, foi o da colina onde hoje encontramos a cidade de Beja, a qual teria passado a assumir o papel de “cabeça” coordenadora do povoamento sidérico da região.

Já se sabia, desde os anos oitenta do século passado, da sua ocupação tardia na 2.^a metade do I milénio a.C., altura em que também terá sido erguida a primeira estrutura defensiva, conforme revelaram os achados da Rua de Sembrano (Grilo, 2007). Mas no âmbito do projeto “*Arqueologia das Cidades de Beja: onde a cidade se encontra com a sua construção*”, coordenado por Conceição Lopes, foi recentemente escrito, aguardando-se o respectivo estudo, que os testemunhos mais antigos do sítio de Beja remontam ao séc. VII a.C. (Lopes, 2010: 78), portanto a momento em que o Outeiro do Circo estaria já despovoado. E sabe-se também hoje que, espalhadas especialmente a ocidente, existem diversas necrópoles dos séculos VII-VI a.C. (cf. adiante), ou seja, contemporâneas da primeira ocupação apontada para Beja, caso se confirme tão recuada cronologia. Dificilmente será dispensável uma futura leitura que não atenda de forma articulada e integrada a todas essas evidências.

A diversidade do povoamento expressa-se também na complexidade revelada ao nível da organização interna dos espaços, seja em sítios de altura, seja nos sítios até há bem pouco tempo insuspeitos e já antes mencionados, de carácter aberto, caracterizados pela concentração de estruturas escavadas no substrato geológico, com fossas, silos, lixeiras, buracos de poste, etc., todo um mundo subterrâneo, a que voltarei.

Ambas, diversidade e complexidade permitem-nos acreditar na existência de sofisticados sistemas de povoamento hierarquizados no Bronze Final e na transição para a fase seguinte.

O caso dos “*Barros Pretos*” de Beja, com todas as suas particularidades, é bem elucidativo dessa hierarquização e diversidade. Parece-me inequívoca a justeza da classificação do Outeiro do Circo, desde o primeiro momento (Parreira, 1977: 37), como lugar central ou de “*guardião da planície*”, como vimos antes (Serra e Porfírio, 2011). De certo modo, o que lhe faltava, antes, era a planície entendida como território, controlado, administrado, conectado, usufruído, ou antes, o território mantinha-se para nós quase vazio, porque lhe desconhecíamos outros registos de ocupação. Pouco a pouco foi ganhando, irá ganhando, forma e substância, com os novos dados e o que os arqueólogos deles queiram e possam fazer. Colocá-los em interação e de forma dinâmica, ou seja, conferir-lhes sentidos, é o grande desafio.

A hipótese levantada pelos responsáveis do projeto do Outeiro do Circo de que o Cabeço da Serpe, situado a cerca de 1 Km para noroeste, possa ter participado nessa interação como atalaia de controlo visual suplementar, ou complementar, ao sistema de muralhas do grande povoado faz sentido nesta teia complexa de ocupação e conceptualização do espaço, mas necessita de confirmação (Serra, neste volume).

Nesse seu papel de capitalidade, decerto de natureza económica e política (Parreira, 1995: 132), valorizaria igualmente a fisionomia e imponência que emana do Outeiro do Circo no seu contexto local quando dele nos acercamos e até mesmo ainda de longe (Fig. 1). Neste sentido,

além de “*enclave central*”, como também lhe chamou Luís Berrocal (1992: 239; 254), deverá ter sido importantíssimo marcador espacial de elevada carga simbólica, um referencial das comunidades, dominador e tutelar, acumulando a dupla faceta de causar forte impacto visual numa vasta platitude e, ao mesmo tempo, exercer controlo sobre o território.

Neste inscrevem-se alguns desses sítios abertos com fossas — e a variável sazonalidade tem de ser colocada —, cuja contemporaneidade com o Outeiro do Circo começa a ganhar sustentabilidade, nomeadamente pela presença dos mesmos tipos cerâmicos (taças carenadas de ornatos brunidos). É o caso de Arroiteia 6 (Mombeja), apenas a cerca de 1 Km do Outeiro do Circo (Porfírio e Serra, 2012) e também, embora mais afastado, o sítio de fossas de Pisões 5 (Beja)¹¹. Mais a norte, na área de Trigaches, outros sítios da mesma natureza, como Pedreira de Trigaches 2 e 3, apontam para cronologia ligeiramente anterior, de transição entre o Bronze Pleno e o Bronze Final (séc. XIII a.C.) (Antunes *et al.*, 2012: 285), o que sugere, como mera hipótese, uma aproximação ao início da ocupação do Outeiro do Circo, mas é assunto que importa aprofundar.

Infelizmente, como acontece com a maioria deste tipo de sítios, a lógica empresarial que tem enquadrado a sua escavação impõe limitações metodológicas que mutilam, irremediavelmente, o conhecimento. As áreas abertas são em norma circunscritas tendo em conta a vasta dimensão destes sítios e a mais que provável ocupação descontínua (Antunes *et al.*, 2012: 278) e, de algum modo, cientificamente irracionais, pois ditadas por canais, limitando também, quer leituras de ordem espacial, quer de relação estratigráfica entre as fossas, aspectos particularmente sensíveis em sítios que podem revelar longa diacronia de ocupação, como bem ficou demonstrado em Torre Velha 3 (Serpa) (Alves *et al.*, 2012) (Fig. 3). É por isso de sublinhar o esforço desenvolvido no estudo destas realidades ainda não totalmente compreendidas.

3.

Se, no Alentejo, vários destes sítios datarão de finais da Idade do Bronze, como ficou também patente na região de Évora com o sítio de Casarão da Mesquita 3 (São Manços), por exemplo, a germinação do modelo é bem mais remota, calcolítica, ou até mesmo anterior (com 4 ou 5 mil anos), e manter-se-á na Idade do Ferro, chegando à Antiguidade Tardia, correspondendo, portanto, a fenómeno de grande amplitude cronológica (Antunes *et al.*, 2012). Digamos que são sítios intemporais e, desse modo, ensaiar outras leituras sem que, com isso, consideremos as explanadas anteriormente erróneas, é caminho também possível de percorrer.

E uma delas é exatamente a que atende à persistência deste modelo de ocupação, que parece expressar uma profunda e enraizada matriz milenar na forma de percepção, conceptualização e de ligação das comunidades ao espaço, bem como das estratégias escolhidas para as concretizarem. Esse modelo parece ter também contemplado o que se poderá designar de “*dois em um*”, querendo eu dizer com isto que, em certos casos, vida e morte conviveram com grande proximidade espacial, não necessariamente temporal, como acontece, na região de Évora, no Monte da Cabida 3 (S. Manços), com duas inumações na fossa 62 (Soares *et al.*, 2009: 442; Antunes *et al.*, 2012: 298).

Por isso, tanto ou mais do que o tipo de implantação, o tipo de estruturas, ou a vocação económica, num outro olhar, o que poderá distinguir estes sítios daqueles de altura é a sua espessura

¹¹ Informação indirecta, que obtive de Miguel Serra, a quem agradeço.

temporal carregada de memórias acumuladas e onde vida e morte nem sempre conheceram fronteiras explícitas. Nos de altura, como no Outeiro do Circo, o passado parece não ter existido. Ou, quando ele existe, i.e., verificando-se ocupação prévia à do Bronze Final, esse passado parece ser suficientemente distante, de mais de muitas gerações, como se verificou em São Brás I (Serpa), também ocupado no III milénio a.C. (Parreira, 1983).

Efetivamente, esta é outra questão em aberto no povoamento das comunidades da Idade do Bronze (não só) alentejanas: até que ponto o movimento de concentração populacional em sítios de altura foi um fenómeno exclusivo da sua fase final, de transição do II para o I milénio a.C., ou, pelo contrário, este foi apenas o culminar mais expressivo, quer dizer com visibilidade, de um processo desenvolvido nos séculos imediatamente anteriores, do Bronze Médio/Tardio? Justamente, indícios que apontam para essa ocupação de altura mais precoce parecem ter sido reconhecidos, por exemplo, no Cerro da Forca (Barrancos) (Romero e Rego, 2001: 426) tal como, mais a norte, se admitiu para o Castelo de Giraldo (Évora) (Mataloto, 1999) e se confirmou nos trabalhos recentemente desenvolvidos em Evoramonte (Mataloto, no prelo).

Outras questões assentam na ideia, de alguma forma generalizada, de que aos sítios abertos de planície estaria confinada a atividade agrícola enquanto que a da metalurgia do bronze se encarregariam os povoados de altura. Não será talvez a leitura mais apropriada, sobretudo se encarada com alguma rigidez, uma vez que essa suposta lógica relacional parece ser desmentida pela evidência arqueológica (Vilaça e Arruda, 2004: 18).

De facto, quer no Baixo Tejo, onde os designados “*casais agrícolas*” foram pela primeira vez valorizados por Gustavo Marques nos anos setenta do séc. XX, quer no Médio Tejo onde também se conhecem, e agora no Alentejo com os sítios de fossas, a par dos testemunhos de carácter agrícola convivem elementos inseríveis no ciclo de produção do bronze, demonstrando que os seus habitantes não se limitavam a trabalhar a terra mas controlavam igualmente a magia do trabalho do metal. É exatamente o que encontramos no sítio polinucleado do Bronze Final de Entre Águas 5 (Serpa), onde a presença de cerâmicas de ornatos brunidos (Rocha, 2012: fig. C.11, C.12) convive com artefactos de bronze, envolvendo tecnologia sofisticada e de prestígio como é a de dourar por difusão térmica (aplicada na cabeça de um alfinete) e fragmentos de molde de cerâmica, nomeadamente associados à técnica da cera perdida (Valério *et al.*, 2013). Também em Salsa 3 (Serpa), com idêntico tipo de implantação, a actividade metalúrgica está comprovada pelo fragmento de molde de pedra de machado plano e possível agulha (Deus *et al.* 2012).

Perante esta análise, ainda que sumária, no Bronze Final poderá ter-se verificado, mais do que uma rotura, uma reconfiguração do sistema de povoamento que se pautou por inequívoca ampliação da ocupação do espaço. Emergem, ou pelo menos afirmam-se, os sítios de altura onde se concentra a população, alguns reforçados por recintos muralhados de complexidade e fisionomia diversas, aparentemente desconhecidos na fase anterior. Essa reconfiguração contempla também, em articulação, a coexistência de outros tipos de sítios, abertos, caracterizados por fossas plurifuncionais, com formas e dimensões várias, que podem passar por verdadeiras metamorfoses, entre fossas/silo, fossas/lixeiiras, fossas funerárias, para além de outro tipo de estruturas, como fundos de cabana, buracos de poste, etc.

E se talvez faça sentido que estes estariam subordinados à gestão dos primeiros, nomeadamente do ponto de vista político-administrativo onde residiriam elites (?) — e no caso do Outeiro do Circo não foi ainda possível escavar as cabanas —, tal não significa que os povoados de altura fortificados fossem autónomos, independentes ou mesmo absolutos em termos de poder. Pelo contrário, a sua mais que provável dependência dos sítios de planície, onde se armazenavam e processavam bens alimentares e também se trabalhava o metal, conferia-lhes vulnerabilidade

e fraqueza proporcionais ao poder que os mais fracos também possuíam. O poder da força de trabalho e das relações de produção seria, tal como hoje, uma realidade a não subestimar.

Por seu lado, o poder de alguns desses sítios abertos deveria ter também uma dimensão de outra ordem. A sua vinculação ao passado e correlativa resistência das comunidades em procurar novos espaços, mantendo-os e conferindo-lhes outros sentidos, nomeadamente o de acolhimento dos mortos, deverá ter fomentado condições para o desenvolvimento de rituais de antepassados.

4.

Precisamente, se nos fixarmos agora nos espaços funerários ou vinculados à esfera da morte em finais da Idade do Bronze, sublinharia como traços caracterizadores regionais a diversidade, por um lado, o apego ao passado sem ignorar as novidades, por outro. Reputo este último aspeto de fundamental e, por isso, creio que o Alentejo é palco privilegiado para uma abordagem estrategicamente correta de investigação do fenómeno da morte, ou seja, na longa diacronia. É que deixar os mortos, tornados antepassados e alguns até possivelmente conotados com “*heróis-fundadores*” (Gomes e Monteiro, 1976-77: 329; Parreira, 1998: 270), deveria ser processo moroso, que levaria e exigiria tempo.

A diversidade do discreto mundo dos mortos do Bronze Final no Ocidente peninsular, e por isso tão mal conhecido, manifesta-se nos espaços, nos rituais da morte e nas dádivas funerárias, todos eles longe de serem normalizados. Se introduzirmos a variável tempo, contemplando o Bronze Médio/Tardio e a I Idade do Ferro, períodos onde aquela discricção desaparece, a variabilidade acentua-se.

No Alentejo, durante o Bronze Médio e Pleno foram utilizadas cistas, isoladas ou integradas em necrópoles, com e sem *tumuli*, fossas e hipogeus, como em Belmeque (Serpa), conhecido de há muito, ou os recentemente estudados casos de Torre Velha 3 (Serpa) (Alves et al., 2010) e Outeiro Alto (Valera e Filipe, 2010), ambos em Serpa.

Para os finais da Idade do Bronze esse quadro de diversidade parece contrair-se. Permanecem as fossas, que continuarão em grande uso na fase seguinte mas ao que parece não os enterramentos em cista, uso que se retomará na Idade do Ferro. Os hipogeus parecem ter caído em desuso. Neste caso, a confirmar-se, importaria compreender que motivos terão conduzido à continuidade de umas, as fossas, e não de outros, os hipogeus, tratando-se, ambos, de estruturas com um processo construtivo similar. Todavia, a variabilidade não se perde se olharmos ainda para a aparente reutilização de alguns sepulcros megalíticos, fenómeno conhecido em diversas regiões.

Mas sem dúvida que são as estruturas em fossa o elo de ligação mais forte entre o passado e o futuro, já que às do Bronze Médio e Pleno sucedem-se as do Bronze Final (dos seus inícios ou de uma fase terminal), seja em Évora, com os casos de Casarão da Mesquita 3 e de Monte da Cabida 3 (Soares et al., 2009: 448), seja em Serpa, com Corça 2 (Rebelo et al., no prelo). E, a estas, segue-se um fabuloso mundo mortuário subterrâneo que a I Idade do Ferro tem vindo a revelar em Palhais (Beringel), Carlota, Cinco Reis, Vinha das Calças, etc.¹². Com dados dispersos por várias mãos e ainda por estudar enquanto fenómeno de conjunto, esta realidade, ímpar, é um bom exemplo de como

¹² Os resultados das intervenções neste sítios têm vindo a ser apresentados em diversas reuniões científicas, nomeadamente na de “*Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos*”, realizada em Mérida e cuja publicação se aguarda.

seria tão necessária a gestão de todos esses dados num projecto científico, global, problematizante e convenientemente coordenado e que fosse apoiado financeiramente.

Alteram-se as configurações e quantidades, as disposições e dimensões, depositam-se novos materiais ou, simplesmente, são dispensados, mantem-se a ideia de um tipo específico de espaço funerário que prevalece durante muitos e muitos séculos. Essa persistência, que não resulta da falta de espaço, mas da sua sacralização, acrescentando mais sentidos ao passado, ou tão-só de mero oportunismo numa lógica de reaproveitamento, manifesta-se exemplarmente em Torre Velha 3, com ocupação calcolítica, da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da Antiguidade Tardia (Alves *et al.*, 2012).

Na morte é tentador ver o reflexo da vida, o que não deixa, de certo modo, ser verdade. Assim se associam os poderosos a sepulturas ricas ou com materiais exóticos, enquanto os socialmente desfavorecidos não mereceram ou não puderam recebê-los, ou, até mesmo, lhes foi permitido sepultamento. Todavia, a evidência etnográfica, que não devemos adoptar mecanicamente, mas que também não devemos ignorar, mostra que nem sempre nem necessariamente é assim, como há muito foi lembrado (Ucko, 1969: 266).

Considero que a variabilidade funerária não poderá ser cabalmente entendida sem se contemplar também as suas relações com outros tipos de rituais, como os que estiveram subjacentes a, pelo menos, determinadas deposições metálicas, de que falarei adiante. Por isso, parece-me ser da maior pertinência averiguar se faz algum sentido uma leitura sincrónica espacio-temporal dessas deposições metálicas e dos contextos funerários sem dádivas, como se verificou, por exemplo, nas sepulturas do Bronze Pleno/Final de Horta do Albardão 3 e na do Bronze Final de Casarão da Mesquita 3 (Antunes *et al.*, 2012: 279). A sua inexistência poderá significar que os bens materiais foram depositados em outros lugares e não necessariamente que essas comunidades eram pobres, que não valorizavam os artefactos, ou que foram enterradas sem cerimonial. A presença ou ausência de materiais em sepulturas, também se permitem a leituras em função do género ou da idade.

Quanto aos rituais, a variabilidade está igualmente presente. A par da inumação, que caracterizou a Idade do Bronze e continuará na seguinte, como diversos sítios revelaram, parece praticar-se igualmente a incineração. A adopção das práticas de cremação é uma outra problemática que carece, aqui e no resto do território português, de uma análise aprofundada, devendo ser afastada a ideia de sucessão temporal linear de uma prática em relação à outra, tal como a de que só no Bronze Final é adoptada a incineração dos corpos (Vilaça, no prelo). A sua vinculação preferencial ao mundo atlântico, mediterrâneo ou continental, este na órbita dos chamados “*Campos de Urnas*” da Catalunha, é altamente problemática, assunto que não cabe aqui desenvolver.

Ainda assim, e deixando de parte o papel do fogo no tratamento dos corpos em períodos mais recuados, recorde-se que no cemitério de Atalaia (Ourique), datável do Bronze Antigo e Médio, Schubart (1965: 75) observou que nas sepulturas V 17. 38. 39. as fossas, excepcionalmente pequenas e irregulares, poderiam ter recebido cinzas. Por isso, também não é completamente despicienda a informação, recolhida por Leite de Vasconcelos, de que haveria cinzas dentro das sepulturas do Bronze Médio de Alcarias (Mombeja), com tampas de “*tipo alentejano*”, embora ele tenha também admitido que poderiam ser ossos desfeitos (Vasconcelos, 1906: 184-185). Igualmente interessante, seria investigar o que se passou com a suposta necrópole de incineração de Borrazeiros (Serra Alta, Moura), com vasos, machados e lança de bronze (Lima, 1988: 55 e 57), situação que, a ter existido, seria deveras singular.

Mais certo parece ser que, inumação e incineração terão continuado na Idade do Ferro, chegando eventualmente a partilhar espaços vizinhos, como sugeriram, inicialmente, os responsáveis pela escavação de Palhais: 3 sepulturas de inumação (fossas) de adulto feminino com objetos pessoais,

caso de uma fíbula de tipo Alcores, outro feminino com fecho de cinturão e pequena arma, e uma outra sepultura de incineração (talvez anterior às outras, igualmente escavada no substrato rochoso com nicho lateral que continha a urna) em recinto de planta retangular que, infelizmente, só foi parcialmente escavado (Santos *et al.*, 2012).

O bi-ritualismo em inícios do I milénio a. C. tinha sido já confirmado com datações radiométricas no vale do Tejo e envolvente, em concreto nas sepulturas de inumação da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (Vilaça e Cunha, 2005) e nas incinerações de Alpiarça, concretamente na necrópole de Tanchoal (Vilaça *et al.* 1999). Esta coexistência de práticas tão distintas tem sido entendida de diferentes modos, sejam os que valorizam a desigualdade social — por ex., a inumação destinada às elites e a incineração para os demais —, sejam os que atendem a questões etárias e de género, ou ainda em função de distinta identidade cultural ou mesmo étnica.

Mas voltemos ao Alentejo onde outros indícios na órbita da morte são reveladores de uma vinculação ao passado sem ignorar as novidades.

A síntese perfeita chega-nos da Herdade de Pomar (Ervidel, Aljustrel) onde, um verdadeiro campo sagrado, no “*Sítio da Fonte*”, forneceu duas cistas de inícios do II milénio a.C. e perto, ou na própria necrópole, uma tampa de tipo alentejano, mais tardia, de c. 1400-1200 a.C. e uma estela mais tardia ainda, do Bronze Final aparecida à superfície (Gomes e Monteiro, 1976-77: 287-288; 293-294) (Fig. 4). Apesar de ser difícil reconstituir a relação específica de todos estes testemunhos, que atravessam cerca de mil anos, parece evidente verificar-se uma notável persistência de ocupação da paisagem, com um passado em reconstrução e, como bem sublinhou recentemente Díaz-Guardamino (2011: 76-77), mesmo de criação de genealogias. Ou, por outras palavras, a estela do Bronze Final integrou-se num lugar sagrado conferindo-lhe espessura e dimensão temporal.

Por outro lado, e sem entrar na recorrente polémica da eventual natureza funerária (mas decerto para-funerária pelo menos em certas situações) deste último tipo de estelas, não deixa de ser sintomática essa relação espacial por detrás da qual também poderemos ver, se assim quisermos, uma subtil transformação dos processos dos rituais de morte. A inumação dos tempos mais recuados, comprovada, daria lugar à incineração, não comprovada, mas sugerida pela incorporação da figura humana na última estela, conforme ideia defendida por alguns autores, como Sebastian Celestino (2001: 306), ou seja, a mudança de ritual reflectia-se na alteração iconográfica das estelas. Quando o corpo passou a ser ritualmente destruído pelo fogo, teria passado também a ser memorizado através da sua figuração na perenidade da pedra. Todavia, como referi acima, esta visão linear, inumação seguida de incineração, deve ser devidamente matizada em função das evidências empíricas.

As novidades não se limitam a práticas mortuárias inéditas. Materiais, tangíveis ou figurados, e as acções e ideias que lhes estão por detrás, revelam a abertura das comunidades do Bronze Final, em particular das suas elites, também aqui, ao exterior. Esta é outra nota a registar. Por isso, não nos apressemos a deixar a estela de Pomar, já que nela encontramos, de certo modo recontextualizado, esse mundo mais longínquo, concretamente mediterrâneo. A figuração de elementos ligados ao tratamento do corpo e imagem, como pentes, pinças, fíbulas, espelhos (Fig. 5), mas também a sua materialização conhecida em outros contextos do centro e sul do território português, são exemplo do papel desempenhado em contextos indígenas por bens exóticos, que seriam emulados conjuntamente com práticas sociais de prestígio.

Um outro exemplo que não deve ser ignorado, apesar de toda a sua obscuridade, justifica mais algumas palavras sobre a morte nos “*Barros Pretos*” de Beja.

Embora de proveniência incerta, é atribuído à região de Beja um interessantíssimo conjunto de três peças pertencente ao Museu Didático do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras

da Universidade de Coimbra, peças essas oferecidas por Gustavo Marques em 1969. A sua apresentação na exposição temporária realizada no Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz) no âmbito das comemorações do seu I Centenário, onde figuraram como “conjunto cinerário”, passaram despercebidas¹³. Correspondem a pequeno vaso de corpo bitroncocónico, superfícies bruidas e decoração com caneluras, navalha de barbear com pega fixada por rebites e fíbula de dupla mola (desaparecida) (Vilaça, 2009) (Fig. 6). A coerência e associação dos tipos permite atribuí-los a uma fase de transição do Bronze para o Ferro (séc. VIII-VII a.C.) e conferir-lhes mais que provável conotação funerária, o que acentuaria a diversidade das práticas mortuárias na região. Com efeito, todos eles são materiais conhecidos no mundo nordestino dos “*Campos de Urnas*” peninsulares, mas também de além-Pirenéus.

5.

Portanto, sem ignorar as novidades, com a incorporação da incineração nas suas práticas funerárias e manipulação de novos artefactos, as comunidades alentejanas da transição do Bronze para o Ferro mantiveram-se também, como vimos, vinculadas à tradição numa invocação de valores ligados ao passado, pelo reuso, persistência e memorização dos mesmos espaços, pela reiteração de práticas e tradições ancestrais, numa multiplicidade de comportamentos, o que é próprio de fases de mudança, como aquela em que se debruça este texto. Tudo isso é também revelador de que a ideia de passado não significa sempre sem necessariamente resistência à mudança e às novidades e menos ainda um contraditório de futuro.

A par do uso do passado e da memória social para construir e legitimar o seu presente, reforçando a sua identidade, os detentores do poder de há 3000 anos não ignoraram outras estratégias igualmente críticas para a sua manutenção, as quais extravasaram em muito — ou com ele se cruzaram — o peculiar mundo da morte.

Nessas estratégias de negociação do poder e de marcação diferencial em termos sociais, não só os espaços como os artefactos, manipulados, exibidos ou depositados, foram recorrentes, pois com eles as comunidades não só se construíam a si próprias, como estabeleceriam o(s) seu(s) entendimento(s) ou desentendimento(s) com os outros, isto é, se reproduziam enquanto corpo social.

Tal como hoje, e decerto sobretudo no passado, os rituais constituíram um poderoso mecanismo de agregação e de criação de sociabilidade ou, pelo contrário, de exclusão. Entre eles, os rituais associados ao banquete e comensalidade parecem ter sido um importante recurso em diversos momentos históricos.

Na época que prende a nossa atenção, a sua prática chega-nos através de certos tipos de artefactos, como garfos, fúrculas, espetos, facas e caldeirões, configurando verdadeiros “*kits rituais*”, tão raros quanto dispersos por diversas áreas europeias e mediterrâneas. Raridade e dispersão traduzem o carácter elitista da sua manipulação, por um lado, e a sua universalidade, i. e., reconhecimento supra-regional de práticas, ideologia e simbologias, por outro.

¹³ A primeira notícia sobre este conjunto foi divulgada logo em 1970 em comunicação apresentada por Gustavo Marques na Sociedade de Geografia de Lisboa, com o título “*Nota sobre novos instrumentos da época do Bronze. Conjunto sepulcral do Baixo Alentejo*”.

Na região de Beja estes tipos de artefactos não foram ainda identificados, conhecendo-se apenas, mas já da Idade do Ferro, espetos de carácter cultural ou *obeloi* (Gamito, 1986). Todavia, foi precisamente no Alentejo que se encontrou a contraprova arqueozoológica dessa prática ritual de sacrifício de animais e consumo de carne, assada ou estufada. O fragmento de tibia de ovelha do Castro de Ratinhos que exhibe orifício realizado com objeto de secção quadrangular (Berrocal-Rangel *et al.* 2010: 332 e fig. 152) demonstra uso efectivo de espeto ou garfo de bronze, que não seriam assim mera sucata mas imbuídos de significado ideológico (Vilaça, 2011-2012).

À manipulação de artefactos junta-se a sua exibição, isto é, o poder também se manifesta corporalmente. O olhar do poder era reflexivo, emanando do corpo, com os cuidados de tratamento e alteração física que pentes, pinças, navalhas (para eliminar pilosidades) e aplicação de tatuagens permitiam fazer e que traduziriam, conforme Ruiz-Gálvez Priego tem defendido em diversos trabalhos, um novo padrão estético identificativo, em termos de idade, género e hierarquia.

Mas essa alteração visual na aparência do corpo seria sobretudo iluminada pelo brilho dos adornos áureos (Fig. 7) de que todo o Alentejo é prodigioso, não só na quantidade como na variedade tecnológica e estética (Armbruster e Parreira, 1993; Correia *et al.*, 2013). Colares de relativa simplicidade, como o de Vila Nova de São Bento (Serpa), mas também sofisticados braceletes como o de Aljustrel e anéis como o da Trindade (Beja), de tipo “*Villena/Estremoz*”, o único anel conhecido deste tipo para além dos de Vilhena, cujo fabrico se baseava no método da cera perdida com recurso a instrumento rotativo, conforme Barbara Armbruster demonstrou em diversos trabalhos. Outras peças, maciças e pesadas, como o colar e bracelete de Baleizão (Vilaça e Lopes, 2005), podem conviver temporalmente com outras que, pelo contrário, e embora as mimetizem, são ocas, como um dos colares do Álamo (Moura), revelando economia de matéria-prima e o anúncio de novos paradigmas tecnológicos de âmbito mediterrâneo, (Armbruster e Parreira, 1993: 74-83). Todos eles, apenas alguns exemplos entre muitas outras peças criadas, conservadas, perdidas, roubadas, vendidas, fundidas.

Entre o olhar do saber das tradições locais e a adopção de técnicas, modelos e estilos forâneos, resultaram processos de hibridização, de entrosamento tecnológico, como se manifestam subliminarmente neste último tesouro, em que, por exemplo, a figura humana, sistematicamente ausente na ourivesaria ocidental da Idade do Bronze, passa a estar presente. A incorporação em contexto indígena de outras manifestações tecnológicas exógenas de âmbito mediterrâneo, como os fios torcidos e filigrana é igualmente conhecida nos tesouros suprarreferidos.

É difícil alcançar cabal explicação para todas estas preciosas peças, até porque a sua esmagadora maioria — excepção para os botões de ouro do Castro dos Ratinhos depositados em contexto sagrado (Berrocal-Rangel e Silva, 2010) — resultou de achados casuísticos, sem registo científico, feitos por não arqueólogos e algumas delas encontradas há bem mais de um século. Mas revelam, inequivocamente, a existência de clientela que as consumisse e pagasse, exhibisse e acumulasse, e, evidentemente também, a mestria de artífices especializados, altamente capacitados em termos tecnológicos e talvez itinerantes.

6.

O trabalho, consumo, circulação e deposição do metal, não só do ouro mas também do bronze, foi particularmente importante nos finais da Idade do Bronze, como inúmeros investigadores têm recorrentemente e de há muito sublinhado. O tema, no Alentejo, merecia investigação autónoma e aprofundada que, mais uma vez, não cabe fazer neste lugar. Mas é com ele, concretamente com o

bronze, que terminarei este percurso pelos “Barros de Beja” e região envolvente.

Para isso, devo invocar uma afirmação de Rui Parreira (1998: 268): “No Alentejo Interior somos pouco atlânticos. E no entanto, ao cartografarmos, como o fez Philine Kalb, os tipos que costumamos atribuir ao Bronze Atlântico, encontramos-los ali também representados”. Rui Parreira acabou por não desenvolver esta ideia no seu texto, ideia que, à partida, se subscreverá com facilidade até porque hoje confortavelmente reforçada por uma base empírica alargada, bem superior aos sítios cartografados em 1980 por Philine Kalb. Não só mas também exactamente por isto, este aparente (?) paradoxo — somos pouco atlânticos mas os seus tipos estão presentes — exige que a ele se volte numa outra oportunidade, avaliando-se melhor se o Alentejo é mesmo tão pouco atlântico, se o Atlântico (no paradigma que o entende como entidade cultural materializada por artefactos de bronze) não assumiu, de facto, maior influência sobre o lastro cultural das comunidades indígenas tradicionalmente desvinculadas da sua órbita imediata.

E, a verdade, é que se conhece em solo alentejano a esmagadora maioria de tipos de artefactos ditos atlânticos a par de outros: espadas, lanças, foices, machados, “tranchets”, agulhas, ponderais, etc. E, sublinhe-se, não só foram manipulados, denunciando eventual contacto com outras regiões de onde os poderiam ter importado, mas também foram fabricados localmente, como revelam diversos moldes de armas, de machados e de outros artefactos, o que reforçaria essa “atlanticidade”. À “atlanticidade” juntar-se-ia o lado mediterrâneo de certas peças, como o enigmático objecto do Pé do Castelo (Trindade, Beja) (Fig. 8), talvez pega de artefacto, decorado pelo método da cera perdida de inspiração sírio-palestina, cipriota ou sarda (Lopes e Vilaça, 1998; Vilaça, 2011-2012).

Mas o que estas realidades sobretudo demonstram é a integração, e não marginalidade, e de todo exclusão, desta região nas redes de trocas, contactos e interação com outros mundos e comunidades no quadro das dinâmicas que o Ocidente Peninsular conheceu entre finais do II e inícios do I milénio a.C. Claro que com as suas especificidades de que — e bem longe de uma análise exaustiva — comentaria apenas duas.

A primeira é a de que é notória a reduzida presença de machados em comparação com outras áreas e, particularmente, a raridade de tipos exclusivos do Bronze Final, como os machados de talão, unifaciais e de alvado. Esses, a sul, utilizaram-se pouco ou não se utilizaram mesmo. Ao invés, destacam-se vários tipos de machados planos para os quais há fortes motivos de necessária leitura diacrónica. É que às produções ocorridas ao longo da Idade do Bronze, parece que o seu uso, fabrico e deposição, se mantiveram no Bronze Final, como indiciam os moldes de Salsa 3 e de Casarão da Mesquita ou os machados de Baleizão. Mas não têm de ser conotados com qualquer espécie de arcaísmo ou de sobrevivência tipológica. As comunidades do Bronze Final ao fabricarem um molde para machados planos, estariam a pensar em novos machados, a que reconheceriam vantagens no fabrico e utilização, e não a fazerem machados arcaicos. Eis um bom exemplo de como a inovação pode arrastar consigo a tradição.

A segunda permite-nos testemunhar a significativa concentração de armas, a começar pelas duas espadas de Safara (Fig. 9). Ignoramos por completo em que circunstâncias ocorreu o achado. Considerado um depósito possivelmente aquático pelo tom dourado que ostentam (Ruiz-Gálvez Priego, 1998: 237-238), o que reforçaria o seu lado atlântico onde tais deposições de carácter ritual são reflexo de cerimónias públicas com elevado significado simbólico, o facto de uma delas apresentar a ponta fraturada abona essa interpretação. E a sua “face atlântica” sairia ainda mais reforçada por corresponderem a um duplo, isto é, duas “espadas irmãs” (Brandherm, 2007: 5), prática ritual com larga expressão na Europa Ocidental e Central, de eventual evocação do mito de “divindades gémeas” associadas à criação do mundo.

Além das espadas, também se conhecem (Kristiansen e Larsson, 2006:289 e segs.) lanças e

contos de lança (Alqueva, Serra de Borrazeiros, Castro de S. Bernardo, Beja, Albernoa) (Cardoso *et al.*, 1992: 240-241). Neste aspecto particular das armas, em que será necessário convocar uma vez mais a estela de Ervidel pela exibição de espada, lança e escudo, diria que o Alentejo é profundamente atlântico, na medida em que as suas elites também se socorreram da manipulação ideológica e simbólica das armas como meio de coerção, coacção, intimidação, ou inclusive de efetiva violência materializada em acções de pilhagens e incursões violentas na defesa da comunidade, da terra e na capacidade em obter riqueza.

A análise do fenómeno da deposição do metal seria uma outra linha de pesquisa que não é possível percorrer neste momento mas, tão-só, aflorar. Não sendo também em número particularmente abundante quando comparados com os de outras regiões, alguns depósitos de bronze e de ouro parecem estar em articulação com espaços habitados, outros com sítios de passagem e lugares naturais, o que soma mais sentido à sua existência.

Um deles, o de Baleizão, distancia-se dos demais pela invulgar, mas não inédita, como demonstram várias situações a nível europeu, da associação de bronze e de ouro¹⁴. O seu interesse é manifesto a diversos títulos, de que destaco, como exemplo, o conjunto de pesos de balança (Fig. 10), peças necessárias ao controlo da quantidade e qualidade do metal, fosse na oficina do metalurgista, fosse na sua circulação e em transações de bens de elevado valor. O conjunto é-o no ser e na essência, revelando notável coerência metroológica interna baseada no padrão “*standart*” internacional vigente à época, em torno da unidade síria de 9,3/9,4 g, com múltiplos e submúltiplos (Vilaça, 2011). O carácter indígena e interior do achado reforça essa sua importância reveladora da conexão indígena com circuitos supra-regionais.

A eventual representação de ponderais ao lado de outras expressões de poder que se exibem nas estelas, conforme sugestão de Celestino Pérez (2001: 181-185), sugere que também eles foram medida de diferenciação social, ou seja, não pesariam só o metal, mas igualmente, e em termos simbólicos, davam peso ao poder social, político e económico.

7.

Os tempos aqui evocados distam de uma altura com cerca de 3000 anos, demasiados para qualquer tentativa de focagem segura, global e profunda. A leitura apresentada, apenas uma entre outras possíveis, decorreu da análise de dados, recentes e antigos, reveladores de algumas facetas das comunidades de então. Mas, sobretudo, releva-se o enorme potencial desses dados (e de outros) na produção de conhecimento relativo à arqueologia da região de Beja, concretamente nas designadas Idade do Bronze e Idade do Ferro.

O tempo da escrita deste texto chegou ao fim por múltiplos imperativos, desde logo o ditado por critérios editoriais. Terminando como comecei, olhando o Outeiro do Circo e o seu redor, é uma realidade em curso de descoberta ou um conhecimento em processo de construção, o que encontro. Múltiplas equipas estão ou estiveram recentemente no terreno. A ele deveriam voltar não com qualquer espírito guiado pela falsa ideia de que mais dados traduzem mais conhecimento, dado que este não é nem cumulativo nem linear, mas para completarem o que foi prematuramente

¹⁴ Adquirido pelo Museu Nacional de Arqueologia, encontra-se em curso de estudo. Da sua análise arqueométrica responsabilizou-se a Prof.^a Fátima Araújo.

interrompido por imposições de diversa ordem, para tentarem obter respostas às questões já colocadas mas ainda não respondidas e também para formularem outras.

Como vários investigadores sublinharam, no seu contexto regional, esse território distingue-se pela elevada capacidade agrícola a que as comunidades de finais da Idade do Bronze não terão sido indiferentes. Mas a sua valorização, também terá passado pelas rotas de circulação que o atravessavam e o punham em contacto com estratégicos recursos mineiros então explorados ou exploráveis, como a Mina da Juliana (Beja) e com os outros que, do Mediterrâneo ao Atlântico, entre Sado e Guadiana, privilegiavam as rotas terrestres de que Avieno, escritor romano do séc. IV d.C., também se fez eco no seu poema (*Ora Marítima*, 151-152; 177-180). Os “*Barros Pretos*” de Beja nos finais da Idade do Bronze não podem ser entendidos sem essa sua posição “*mesopotâmica*”, entre rios (Sado e Guadiana) e rotas de circulação, que ligavam as comunidades locais entre si e ao mundo de então.

Bibliografia

- ALVES, C., COSTEIRA, C., ESTRELA, S., PORFÍRIO, E., SERRA, M., SOARES, A., MORENO-GARCÍA, M. (2010) – Hipogeus funerários do Bronze Pleno da Torre Velha 3 (Serpa, Portugal). *O Sudoeste no Sudoeste?!. Zephyrus*, Salamanca. LXVI, pp. 133-153.
- ALVES, C., COSTEIRA, C., ESTRELA, S., PORFÍRIO, E., SERRA, M. (2012) – Torre Velha 3 (Serpa): dados preliminares. *Al Madan*, 2ª série, n.º 17 (Adenda Electrónica), pp. 31-38.
- ANTUNES, A., DEUS, M., SOARES, A.M., SANTOS, F., ARÊZ, L., DEWULF, J., BAPTISTA, L. e OLIVEIRA, L. (2012) – Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Anejos de AEspA, LXII, pp. 277-308.
- ANTUNES, A., DEUS, M., ESTRELA, S., LARRAZABAL, J., SOARES, A.M., SALVADOR MATEOS, M.R. (no prelo) – Monte do Bolor 3, Monte do Pombal 2, Salsa 3 e Torre Velha 3: Contextos de Planície da Idade do Ferro do Alentejo Interior. *Sidereum Ana III. el Río Guadiana y Tartessos*. Mérida (2012).
- ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia - Coleção de Ourivesaria*. 1º Volume. Do Calcolítico à Idade do Bronze. IPM: Lisboa.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – Los Pueblos Célticos del Suroeste de la Península Ibérica. Madrid: *Complutum Extra 2*. Editorial Complutense.
- BERROCAL-RANGEL, L. e SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. O Arqueólogo Português. Lisboa. Suplemento 6.
- BORGES, S., SALVADOR MATEOS, R., PEREIRA, J. e SILVA, B. (2012) – Monte do Bolor 3 – S. Brissos, Beja: resultados preliminares. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 113-131.
- BRANDHERM, D. (2007) – *Las espadas del Bronce Final en la Península Ibérica y Baleares*. Prähistorische Bronzefunde. IV, 16. Band. Mainz.
- CARDOSO, J., GUERRA, M., BRAGANÇA, F. (1992) – O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo*, 1, pp. 231-250.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2001) – *Estelas de guerreiro y estelas diademadas*. Bellaterra arqueología: Barcelona.
- CORREIA, V.H., PARREIRA, R., SILVA, A. C. (2013) – *Ourivesaria arcaica em Portugal*. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios.
- DEUS, M., ANTUNES, A., SOARES, A. (2012) – A Salsa 3 (Serpa) no contexto dos povoados abertos do Bronze Final do Sudoeste. *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva (2009), pp. 514-543.
- DÍAZ- GUARDAMINO, M. (2011) – Iconografía, lugares y relaciones sociales: Reflexiones en torno a las estelas y estatuas-menhir atribuídas a la Edad del Bronce en la Península Ibérica. In VILAÇA, R. (coord.), *Estelas e estatuas-menires da Pré à Proto-história*. Sabugal, pp. 63-88.
- DOMERGUE, C. e ANDRADE, R. (1971) – Sondage 1967 et 1969 a Aljustrel (Portugal). Note préliminaire. *Conimbriga*. X, pp. 99-116.
- GAMITO, T. J. (1986) – Os espetos de bronze do Sudoeste Peninsular – sua interpretação sócio-ideológica. *Conimbriga*. XXV, pp. 23-39.
- GOMES, M.V. e MONTEIRO, J.P. (1976-77) – As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel- Beja). Estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*. II-III, pp. 281-343.
- GRILO, C. (2007) – A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja, *Actas do III Encontro do Sudoeste (Vipasca- Arqueologia e História)*, 2, 2.ª série, pp. 261-268.
- KRISTIANSEN, K. e LARSSON, T. (2006) – *La emergencia de la sociedad del Bronce*. Barcelona: Bellaterra arqueología: Bellaterra arqueología.
- LIMA, J. F. (1988) – *Monografia Arqueológica do Concelho de Moura*. Câmara Municipal de Moura.
- LOPES, M. C. e VILAÇA, R. (1998) – Peça do Bronze Final proveniente do Pé do Castelo (Trindade, Beja). *Arquivo de Beja*. Beja. Série III. 7-8, pp. 63-84.
- LOPES, M. C. (2010) – Arqueologia das cidades de Beja um projecto da ciência da epiderme das terras que emergem. *Conimbriga*. XLIX, pp. 69-86.
- MATALOTO, R. (1999) – As ocupações Proto-históricas do Castelo do Giraldo (Évora). *Revista de Guimarães* (volume especial). *Actas do Congresso de Proto-história europeia*, I. Guimarães, pp. 333-362.

- MATALOTO, R. (no prelo) – Varar horizontes: o Alentejo Central entre o II e o I milénios a. C., Colóquio *Sistemas de Povoamento do Centro e Sul do Território português no decurso do Bronze Final*. Câmara Municipal de Oeiras (Outubro, 2012).
- PARREIRA, R. (1977) – O povoado da Idade do Bronze do Outeiro do Circo. *Arquivo de Beja*. Beja. 28-32, pp. 31-45.
- PARREIRA, R. (1983) – O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 1, pp. 149-168.
- PARREIRA, R. (1995) – Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo Interior. In JORGE, S. (ed.) *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 131-135.
- PARREIRA, R. (1998) – As arquiteturas como factor de construção da paisagem na Idade do Bronze do Alentejo interior. In JORGE, S.O. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*. Lisboa: Trabalhos de Arqueologia. 10, pp. 267-273.
- PARREIRA, R. e SOARES, A. M. (1980) – Zu einigen bronzzeitlichen Hohensiedlungen in Sudportugal. *Madridrer Mitteilungen*. Heidelberg. 21, pp. 109-130.
- PORFÍRIO, E. e SERRA, M. (2012) – Arrosteia 6 (Mombeja, Beja) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 615-630.
- REBELO, P., SANTOS, R. NETO, N., ROCHA, M. e GRANJA, R. (no prelo) – O sítio de Corça 2, Serpa. In *Actas do 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega 2002-2010*, EDIA, Beja.
- ROCHA, B. (2012) – *Entre Águas 5: estrutura [204]*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa (tese de mestrado).
- ROMERO, E. e REGO, M. (2001) – El hábitat de la Edad del Bronce de Cerro da Forca (Barrancos, Portugal). In VALENCIA PÉREZ, C. (coord.), *Actas XV Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Serra, Aroche (Huelva)*, pp. 423-431.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) – *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce*. Barcelona: Crítica Arqueología.
- SANTOS, F., ANTUNES, A., GRILLO, C., DEUS, M. (2012) – A necrópole da I Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência no Baixo-Alentejo. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 746-804.
- SCHUBART, H. (1965) – Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. XXII, pp. 7-136.
- SERRA, M. (2014) – Murallas, Território, Poder. O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final (neste volume).
- SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2011) – Outeiro do Circo: o guardião da planície. *Jornal Alentejo Popular*. Edição 413. Beja. Cooperativa Cultural Alentejana.
- SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2012) – O Bronze Final nos “Barros de Beja”. Novas perspectivas de investigação. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 133-148.
- SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2013) – O povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Mombeja/Beringel, Beja). Resultados das campanhas de 2008 e 2009. *Vipasca*. Aljustrel. 2ª série, 4, pp. 15-28.
- SERRA, M., PORFÍRIO, E., ORTIZ, R. (2007) – O Bronze Final no Sul de Portugal. Um ponto de partida para o estudo do povoado do Outeiro do Circo. *Actas do III Encontro do Sudoeste (Vipasca)*. Aljustrel. 2, 2.ª série, pp. 163-170.
- SILVA, F. S. O. (2013) – *O povoado do Outeiro do Circo (Beja) no seu enquadramento regional. Contributos dos materiais cerâmicos*. Universidade de Coimbra (tese de mestrado).
- SOARES, A. M. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, pp. 111-145.
- SOARES, A. M., SANTOS, F., DEWULF, J., DEUS, M., ANTUNES, A. (2009) – Práticas rituais no Bronze do Sudoeste. Alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, pp. 433-456.
- UCKO, P. J. (1969) – Ethnography and archaeological interpretation of funerary remains. *World Archaeology*. 1, pp. 262-280.
- VALERA, A. C. e FILIPE, V. (2010) – Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa): Nota preliminar sobre um espaço funerário

- e de socialização do Neolítico Final à Idade do Bronze. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 5. Lisboa: NIA-ERA (www.nia-era.org), pp. 49-56.
- VALÉRIO, P., SOARES, A., ARAÚJO, F., SILVA, R., PORFÍRIO, E., SERRA, M. (2013) – Estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja). In *Atas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, pp. 610-615.
- VALÉRIO, P., SOARES, A., SILVA, R., ARAÚJO, F., REBELO, P., NETO, N., SANTOS, R., FONTES, T. (2013) – Bronze production in Southwestern Iberian Peninsula: the Late Bronze age metallurgical workshop from Entre Águas 3 (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 40, pp. 439-451.
- VASCONCELOS, J. L. (1906) – Estudos sobre a época do bronze em Portugal. *O Archeologo Português*. Série I, II, pp. 179-189.
- VILAÇA, R. (1997) – Das primeiras comunidades humanas à chegada dos romanos. In LOPES, M. C.; CARVALHO, P. e GOMES, S. (coord.), *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 127-133.
- VILAÇA, R. (2009) – Sobre rituais do corpo em finais do II milénio/inícios do I milénio a. C.: do espaço europeu ao território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, pp. 489-511.
- VILAÇA, R. (2011) – Ponderais do Bronze Final-Ferro Inicial do Ocidente peninsular: novos dados e questões em aberto. In GARCÍA-BELLIDO, M. P., CALLEGARIN, L., JIMÉNEZ DÍEZ, A. (eds.), *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10th-1st centuries BC)*. Anejos de AEspA. LVIII, CSIC, pp. 139-167.
- VILAÇA, R. (2011-2012) – Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the Western End of the Iberian Peninsula (actions and reactions). In AUBET, E. e PAU, S. (coord.), *Interacción Social y Comercio en la Antesala del Colonialismo: Los Metales como Protagonistas*. Actas del Seminario Internacional, Cuadernos de Arqueología Mediterránea. Universidad Pompeu Fabra de Barcelona. 21, pp. 13-30.
- VILAÇA, R. (no prelo) – Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 17
- VILAÇA, R., CRUZ, D., GONÇALVES, A. H. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. XXXVIII, pp. 5-29.
- VILAÇA, R. e ARRUDA, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. XLIII, pp. 11-45.
- VILAÇA, R. e CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-madan*. II série. 13, pp. 48-57.
- VILAÇA, R. e LOPES, M. C. (2005) – The treasure of Baleizão, Beja (Alentejo, Portugal), *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 7, pp. 177-184.



Fig. 1 – Outeiro do Circo, visto aprox. de sudeste (Foto: M. Serra).

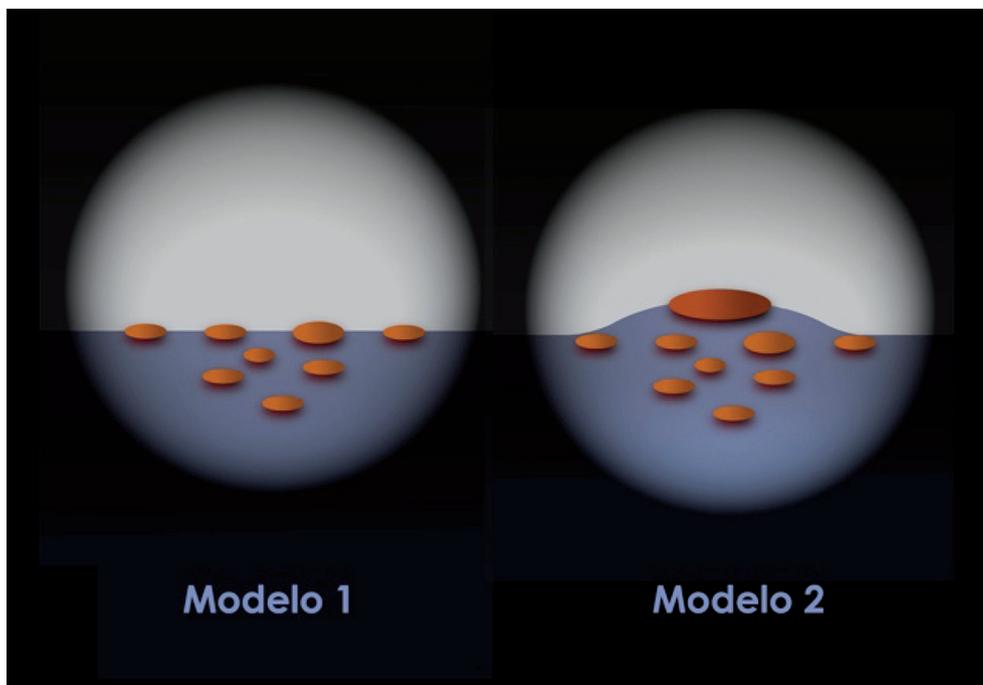


Fig. 2 – Modelos de ocupação do espaço no Bronze Final e 1ª Idade do Ferro (Infografia: J. Luís Madeira).



Fig. 3 – Torre Velha 3 (Foto: E. Porfírio).



Cista 1 da necrópole da *Herdade do Pomar*



Cista 2 da necrópole da *Herdade do Pomar*



Estela I de *Ervidel* (*Beja*)



Estela II de *Ervidel* (*Beja*)

Fig. 4 – *Herdade do Pomar*, *Ervidel* (Adapt.: Gomes e Monteiro).

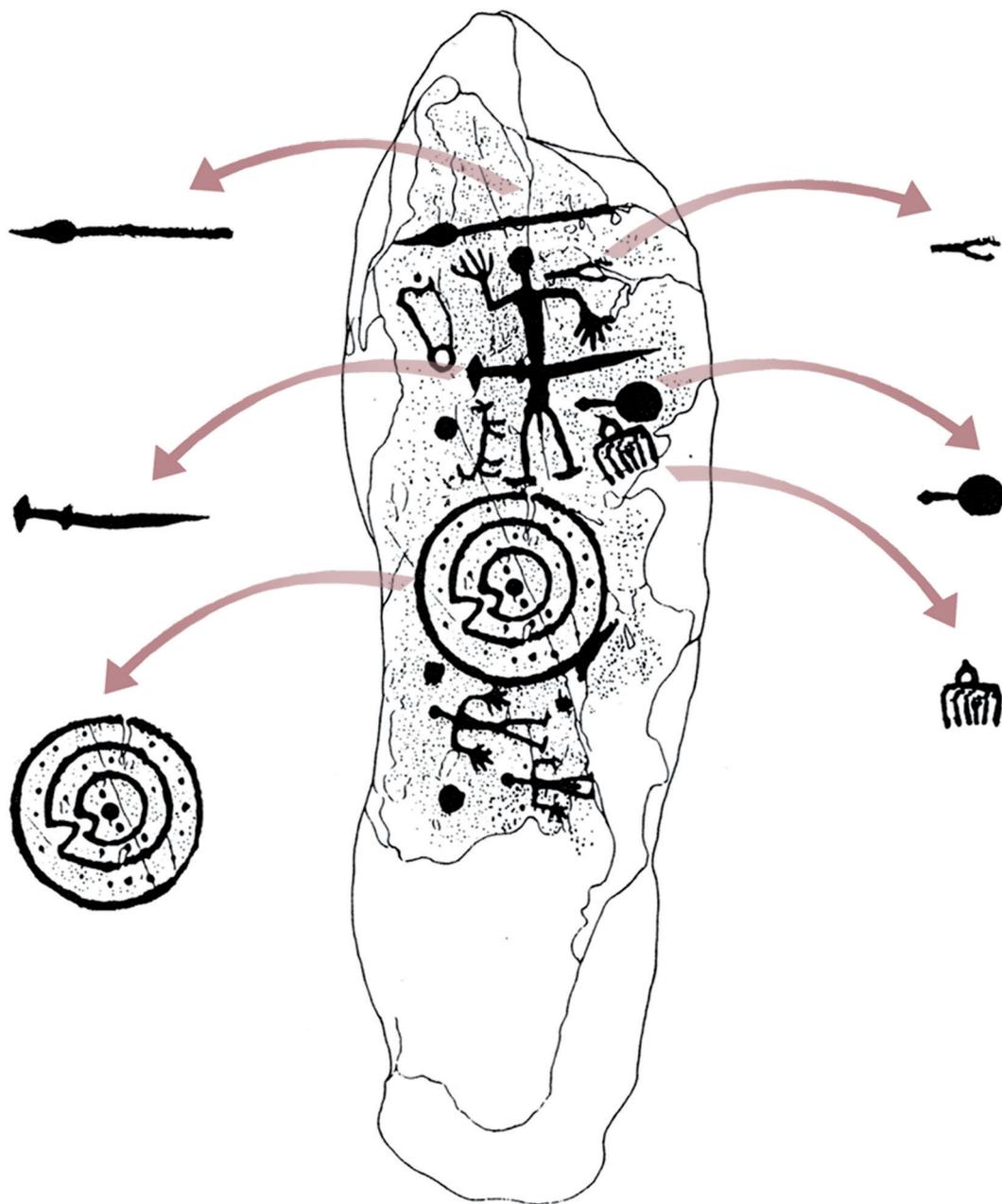


Fig. 5 – Estela do Bronze Final da Herdade do Pomar, Ervidel: elementos figurados (Adapt.: Gomes e Monteiro).



Fig. 6 – Conjunto funerário atribuível à região de Beja.

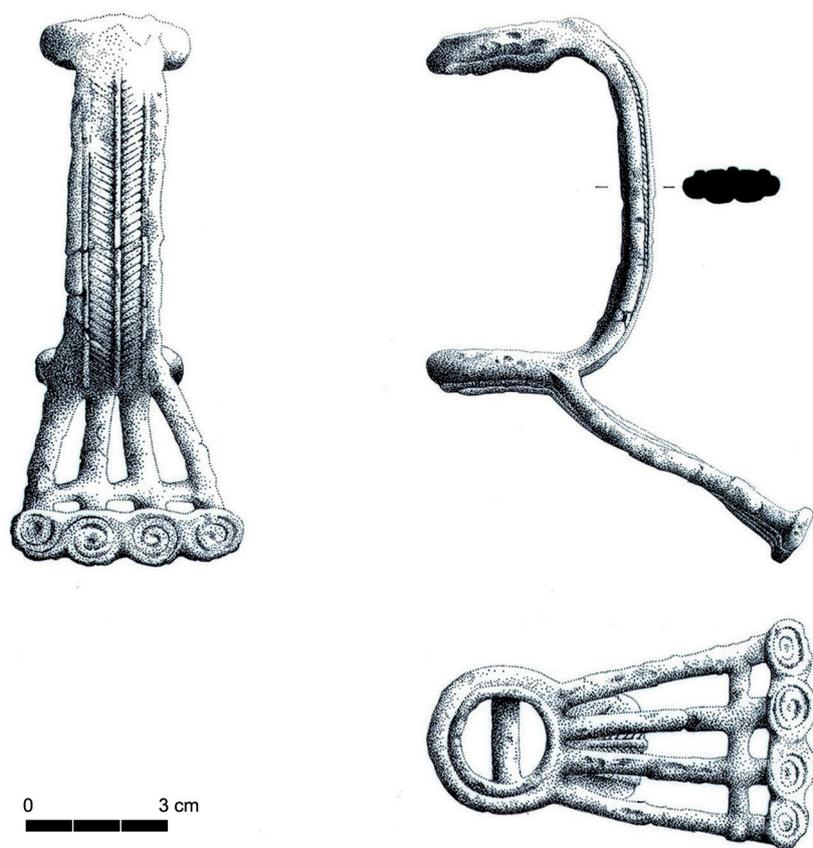


Fig. 7 – Pé do Castelo (Des.: J. Luís Madeira).



Fig. 8 – Peças de ourivesaria de finais da Idade do Bronze: Baleizão (Foto: A. Perea) e Trindade (Foto: B. Armbruster).

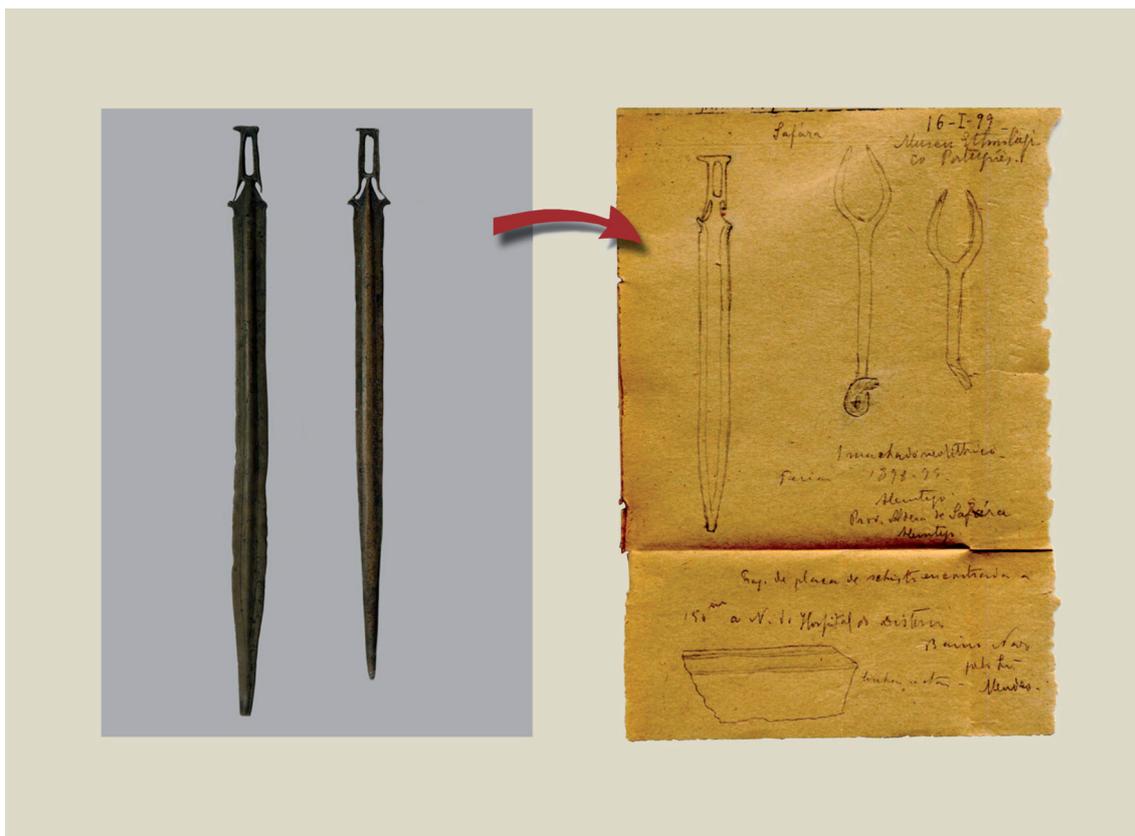


Fig. 9 – Espadas de Safara e esboço de uma delas por Mesquita de Figueiredo (Caderno de apontamentos, 1899, Inédito).

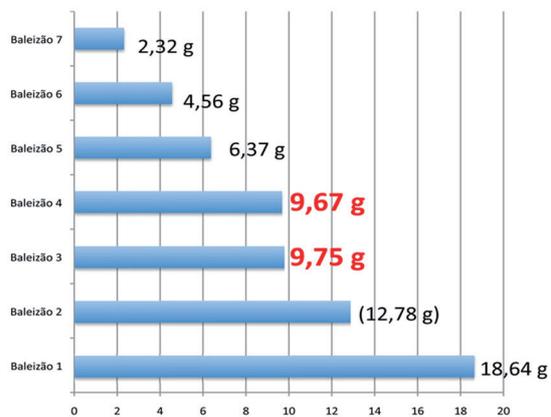


Fig. 10 – Jogo de ponderais de Baleizão.



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

